

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Outubro/2019

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**Concurso Público para provimento de cargos**  
**Auditor Fiscal Tributário Municipal**

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'D04', Tipo 001Nº de Inscrição  
MODELONº do Caderno  
TIPO-001Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos**  
**Discursiva: Estudo de Caso****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Conservação da água potável é um dos maiores desafios da humanidade.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva: Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva: Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva: Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva: Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva: Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Parar responder às questões de números 1 a 4, baseie-se no texto abaixo.

**Custos da ciência**

*Peça a um congressista dos Estados Unidos para destinar um milhão de dólares adicional à Fundação Nacional da Ciência de seu país a fim de financiar pesquisas elementares, e ele, compreensivelmente, perguntará se o dinheiro não seria mais bem utilizado para financiar a capacitação de professores ou para conceder uma necessária isenção de impostos a uma fábrica em seu distrito que vem enfrentando dificuldades.*

*Para destinar recursos limitados, precisamos responder a perguntas do tipo “O que é mais importante?” e “O que é bom?”. E essas não são perguntas científicas. A ciência pode explicar o que existe no mundo, como as coisas funcionam e o que poderia haver no futuro. Por definição, não tem pretensões de saber o que **deveria** haver no futuro. Somente religiões e ideologias procuram responder a essas perguntas.*

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 283)

1. Ao tratar dos financiamentos que demanda uma pesquisa científica, no âmbito do Congresso dos Estados Unidos, o autor acredita que
  - (A) eles só serão concedidos caso o pesquisador discrimine a efetiva contribuição da pesquisa para o respectivo setor da ciência.
  - (B) sua concessão estará basicamente condicionada pela especificação técnica da proposta encaminhada.
  - (C) a ideologia de quem encaminha o pedido é que decidirá pelo acolhimento ou rejeição da proposta de pesquisa.
  - (D) o proponente da pesquisa deverá enfrentar questões que avaliam as prioridades de investimento do dinheiro público.
  - (E) os custos levantados pelo pesquisador serão avaliados por quem se dedica integralmente a relevar os interesses acadêmicos.

---

2. No segundo parágrafo, o autor do texto
  - (A) lembra que os procedimentos científicos não se confundem com projeções de valor religioso ou ideológico.
  - (B) admite que a ideologia e a religião podem ser determinantes para a metodologia de projetos científicos.
  - (C) postula que os valores subjetivos de determinada cultura podem ser parâmetros para a boa pesquisa acadêmica.
  - (D) mostra que as perguntas feitas pela ciência, sendo as mesmas que fazem a religião e a ideologia, têm respostas distintas.
  - (E) assegura que os achados de uma pesquisa científica não são necessariamente mais limitados que os da religião.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em
  - (A) *a fim de financiar pesquisas elementares* (1º parágrafo) = com o fito de administrar razões básicas
  - (B) *financiar a capacitação de professores* (1º parágrafo) = sublevar a capacidade do magistério
  - (C) *destinar recursos limitados* (2º parágrafo) = propiciar a limitação de investimentos
  - (D) *uma necessária isenção de impostos* (1º parágrafo) = uma imprescindível liberação de tributos
  - (E) *não tem pretensões de saber* (2º parágrafo) = esquivar-se de ambições acadêmicas

---

4. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:
  - (A) Não cabem nem à ideologia nem à religião interessar-se pelos mesmos procedimentos de investigação que interessam à ciência.
  - (B) Não é da alçada da ciência positiva aquelas interrogações cujas respostas se encontram no âmbito da religião ou da ideologia.
  - (C) Ao tratar das questões de âmbito científico, os pesquisadores devem conduzir-se pelos métodos que sua investigação precisa adotar.
  - (D) Para que se lhe conceda as verba solicitadas, o proponente de uma pesquisa deverá realçar os benefícios econômicos de seu projeto.
  - (E) A poucos cidadãos comuns deverão interessar, em meio a propostas de cunho científico, o tipo de investigação que movem os pesquisadores.



**Atenção:** Para responder às questões de números 5 a 7, baseie-se no texto abaixo.

### Auditar, ouvir

A etimologia revela a origem quase sempre ignorada ou esquecida das palavras. Conhecê-las na raiz de seu surgimento é conhecer um pouco da história e das práticas humanas. O termo **auditor**, por exemplo, prende-se ao verbo **audire**, do latim, e significa “aquele que ouve”. Não é difícil imaginar que a função original de um auditor seria, pois, ouvir de fato o que dizem os elementos de uma operação ou de um processo, apurar o que se diz ou o que se cala num documento. “Ouvir as partes” é como se designa um rito do processo judicial. Também o bom jornalismo nunca deixa de ouvir as diversas versões de um fato. Há casos, pois, em que “ouvir” e “audição” deixam de ser apenas o exercício de um sentido humano para ganharem o sentido mais específico de “auditar” e de “auditoria”.

(Hermes de Toledo, inédito)

5. Estabelece-se no texto uma relação entre
- (A) o sentido original de **auditor** e a função mais atual daquele que ouve investigando.
  - (B) a significação original de **ouvir** e o apagamento dessa significação nas práticas jurídicas.
  - (C) o sentido figurado de **ouvir** e o desvio do sentido dessa figuração ao longo da História.
  - (D) a significação original de **auditoria** e o seu sentido mais moderno de “condenação rigorosa”.
  - (E) o sentido figurado de **ouvir** e sua conversão moderna para o sentido de “proclamar”.
- 
6. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Também no bom jornalismo que se deve praticar, ouve-se as partes que uma notícia se constitui, em vez de apenas uma delas.
  - (B) Devem-se aos vários sentidos de uma palavra a percepção de que dependendo do contexto é que ocorre sua significação.
  - (C) Um auditor preserva em sua escuta a capacidade de discriminar os elementos processuais que estejam em litígio.
  - (D) A etimologia pode ser decisiva para que venhamos a compreender, com a história das palavras, muito da nossa história social.
  - (E) Quando se ignora as funções etimológicas de uma palavra, é frequente que se perca com elas os sentidos adquiridos em seus usos e costumes.
- 
7. Considere as seguintes orações:
- I. É muito útil conhecer o sentido etimológico das palavras.
  - II. O sentido etimológico é também um sentido histórico.
  - III. O sentido etimológico costuma ser negligenciado.
- Essas três orações reformulam-se e integram-se, com correção, coerência e clareza, neste período único:
- (A) Porquanto venha a ser negligenciado, nem por isso o sentido etimológico se associa ao sentido histórico das palavras.
  - (B) Negligencia-se o útil o reconhecimento do sentido etimológico das palavras, que é também um sentido histórico.
  - (C) Sendo um sentido histórico, ainda quando negligenciado, a etimologia das palavras não deixa de ter a sua grande utilidade.
  - (D) Ao ser muito útil, o sentido etimológico das palavras é negligenciado, apesar de seu conteúdo eminentemente histórico.
  - (E) A utilidade das palavras em seu sentido etimológico que costuma ser negligenciado, está ademais em ser também um sentido histórico.
- 

### Matemática Financeira

8. Analisando o cadastro de uma cliente de um banco, verificou-se que em uma determinada data ela aplicou 40% de seu dinheiro, durante 4 meses, a juros simples com uma taxa de 15% ao ano. Na mesma data, o restante do dinheiro ela aplicou, durante 1 semestre, a juros compostos com uma taxa de 3% ao trimestre. Sabendo-se que esta cliente obteve um montante igual a R\$ 21.000,00 na aplicação a juros simples, tem-se que a soma dos juros das duas aplicações é igual a
- (A) R\$ 3.045,00.
  - (B) R\$ 2.949,00.
  - (C) R\$ 2.827,00.
  - (D) R\$ 3.018,00.
  - (E) R\$ 2.570,00.
- Dado:**  $1,03^2 = 1,0609$



9. O gerente de uma empresa decidiu autorizar, na data de hoje, que fossem descontados em uma instituição financeira, dois títulos de valores nominais iguais. A soma dos valores atuais correspondentes apresentou um valor igual a R\$ 40.920,00 com a utilização da operação de desconto comercial simples a uma taxa de 24% ao ano. Se um dos títulos foi descontado 4 meses antes de seu vencimento e o outro 3 meses antes de seu vencimento, então a soma dos valores dos respectivos descontos foi de
- (A) R\$ 3.080,00.  
(B) R\$ 2.860,00.  
(C) R\$ 2.750,00.  
(D) R\$ 2.640,00.  
(E) R\$ 3.520,00.
10. Um empréstimo foi concedido a uma empresa para aquisição de um equipamento. A dívida correspondente deverá ser quitada por meio de 30 prestações mensais e consecutivas, vencendo a 1ª prestação 1 mês após a data da concessão do empréstimo. Utilizou-se o sistema de amortização constante (SAC) a uma taxa mensal positiva de juros  $i$  e o valor da 10ª prestação será igual a R\$ 7.100,00. Dado que, no valor desta prestação, R\$ 5.000,00 correspondem ao valor da amortização incluído no valor de cada prestação e R\$ 2.100,00 correspondem ao valor dos respectivos juros, obtém-se que o valor da 20ª prestação será igual a
- (A) R\$ 6.150,00.  
(B) R\$ 6.200,00.  
(C) R\$ 6.050,00.  
(D) R\$ 6.100,00.  
(E) R\$ 6.000,00.
11. Observando o plano de pagamentos referente a uma dívida no valor de R\$ 44.000,00 que deverá ser quitada por meio de 30 prestações mensais, iguais e consecutivas, verifica-se que:
- I. Considerou-se o sistema de amortização francês (tabela Price) a uma taxa mensal positiva de juros  $i$ .
- II. O valor de cada prestação é igual a R\$ 1.705,00.
- III. A data de vencimento da 1ª prestação será 1 mês após a data da realização da dívida.
- IV. O valor da amortização, incluído no valor da 1ª prestação, é igual a R\$ 1.265,00.
- O valor dos juros incluído no valor da 2ª prestação é de
- (A) R\$ 370,25.  
(B) R\$ 427,35.  
(C) R\$ 341,00.  
(D) R\$ 390,50.  
(E) R\$ 440,00.
12. Considere os 2 fluxos de caixa (I e II) abaixo. Sabe-se que a taxa interna de retorno positiva do fluxo I é igual a 10% ao ano e D é o desembolso inicial do fluxo II.

Ano	Fluxo I (R\$)	Fluxo II (R\$)
0	- 5.250,00	- D
1	P	0,00
2	P	2P

Se a taxa interna de retorno positivo do Fluxo II também é igual a 10% ao ano, então D é igual a

- (A) R\$ 4.500,00.  
(B) R\$ 5.250,00.  
(C) R\$ 5.000,00.  
(D) R\$ 5.500,00.  
(E) R\$ 6.000,00.

**Dado:**  $1,10^2 = 1,21$

**Direito Civil**

13. No tocante à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar:
- (A) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
  - (B) Em nosso ordenamento jurídico, a revogação de uma lei deve ser sempre expressa.
  - (C) As correções a texto de lei já em vigor referem-se à própria norma, não se considerando lei nova.
  - (D) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após sua publicação oficial.
  - (E) Embora não seja a regra geral, é possível haver repristinação legal, desde que haja disposição expressa nesse sentido.
- 
14. Em relação à propriedade, é correto afirmar:
- (A) O proprietário pode ser privado da coisa exclusivamente nos casos de desapropriação e de requisição, em caso de perigo público iminente.
  - (B) São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
  - (C) A propriedade do solo abrange o subsolo e o espaço aéreo úteis, bem como as jazidas e recursos minerais, mas não os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
  - (D) Os frutos e demais produtos da coisa pertencem ao seu proprietário, salvo, sem exceção, se dela separados ou se por preceito legal especial couberem a terceiros.
  - (E) A propriedade presume-se de modo absoluto plena e exclusiva.
- 
15. Quanto à mora e às perdas e danos,
- (A) sem exceções, as perdas e danos devidas ao credor abrangem o que ele efetivamente perdeu e o que razoavelmente deixou de lucrar, o que se denomina danos emergentes e lucros cessantes, respectivamente.
  - (B) se a prestação tornar-se inútil ao credor devido à mora, este poderá enjeitá-la ou, com prejuízo dessa opção, exigir a satisfação de perdas e danos.
  - (C) o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, somente após interpelação judicial ou extrajudicial constituirá em mora o devedor.
  - (D) a não ser que a inexecução obrigacional resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato.
  - (E) o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.
- 
16. Considere os enunciados seguintes, relativos à cláusula penal:
- I. A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
  - II. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.
  - III. Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo, não sendo possível a presunção de danos prévios.
  - IV. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do devedor.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) I, III e IV.
  - (D) III e IV.
  - (E) II e IV.
- 
17. Quanto à hipoteca,
- (A) se decorrente da lei, de qualquer natureza, não necessitará de registro ou de especialização.
  - (B) é válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado, mas não se pode convencionar que vencerá o crédito respectivo em caso de alienação.
  - (C) é única, não se podendo constituir outra sobre o imóvel gravado, salvo se em favor do mesmo credor.
  - (D) abrange todas as construções do imóvel, mas não suas acessões, melhoramentos ou pertencas.
  - (E) pode ser constituída para garantia de dívida futura ou condicionada, desde que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido.

**Direito Penal**

18. Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços. As disposições acima se referem à hipótese de
- (A) arrependimento eficaz.
  - (B) desistência voluntária.
  - (C) arrependimento posterior.
  - (D) erro sobre a ilicitude do fato.
  - (E) erro sobre elementos do tipo.
- 
19. Segundo o Código Penal brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, sobre os crimes contra a Administração Pública,
- (A) no caso de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz de metade a pena imposta.
  - (B) de acordo com a jurisprudência nacional, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes de peculato.
  - (C) o funcionário público que solicitar para si, diretamente, em razão da função, vantagem indevida, pratica, em tese, o crime de corrupção ativa.
  - (D) somente o advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, poderá ser sujeito ativo do crime de advocacia administrativa.
  - (E) para a consumação do crime de concussão é necessário que o agente receba a vantagem indevida.
- 
20. Acerca do que dispõe a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65),
- (A) quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
  - (B) o autor de algum crime previsto na referida lei, caso venha a ser penalizado administrativamente, não poderá ser responsabilizado civilmente, pois isso seria uma espécie de dupla punição.
  - (C) a ação penal será iniciada por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso, após a instauração obrigatória de inquérito policial.
  - (D) o processo administrativo que apurar a prática de abuso de autoridade deverá ser sobrestado até a conclusão da decisão da ação penal ou civil.
  - (E) para ser sujeito ativo de algum dos crimes ali definidos, o agente deverá ser funcionário público de cargo efetivo e permanente.

**Direito Constitucional**

21. Determinado país da América do Sul decide elaborar uma nova constituição. Para tanto, uma Assembleia Constituinte é eleita pelo povo. Contudo, o então Presidente da República, em razão de divergências com o projeto de Constituição que estava sendo elaborado, dissolve arbitrariamente a referida Assembleia e apresenta uma nova Constituição em consonância com a sua vontade, informada por uma só ideologia, e estabelecendo processo de alteração de suas normas que não difere daquele relativo às normas infraconstitucionais. Nesse caso hipotético, a Constituição apresentada pelo Presidente da República, quanto à sua origem, ideologia e alterabilidade, deverá ser classificada, respectivamente, como
- (A) outorgada, eclética e rígida.
  - (B) promulgada, eclética e semiflexível.
  - (C) outorgada, ortodoxa e rígida.
  - (D) promulgada, ortodoxa e flexível.
  - (E) outorgada, ortodoxa e flexível.
- 
22. À luz do que estabelece a Constituição Federal acerca da nacionalidade,
- (A) são brasileiros naturalizados os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
  - (B) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
  - (C) são brasileiros naturalizados, os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
  - (D) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por ato do Presidente da República, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional
  - (E) os cargos da carreira diplomática poderão ser ocupados por brasileiros natos ou naturalizados.



23. De acordo com a Constituição Federal, os Deputados Federais e Senadores NÃO poderão, desde a expedição do diploma,
- (A) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
  - (B) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
  - (C) patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
  - (D) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
  - (E) deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- 
24. Acerca do controle de constitucionalidade no direito brasileiro,
- (A) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
  - (B) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos exclusivamente estaduais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
  - (C) somente pelo voto de 2/3 de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
  - (D) não haverá violação da cláusula de reserva de plenário quando a decisão de órgão fracionário de Tribunal afastar a incidência de lei ou ato normativo do poder público, no todo ou em parte, desde que não declare expressamente a sua inconstitucionalidade.
  - (E) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- 
25. Ao dispor sobre a organização do Estado brasileiro, a Constituição Federal estabelece que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre
- (A) desapropriação.
  - (B) trânsito e transporte.
  - (C) comércio interestadual.
  - (D) previdência social.
  - (E) seguridade social.

#### Direito Administrativo

26. A descentralização no âmbito da Administração pública opera-se de várias formas, sendo um de seus exemplos a
- (A) delegação de serviços públicos a particulares, mediante permissão ou concessão, como modalidade de descentralização por colaboração.
  - (B) instituição, por lei, de empresas públicas sujeitas ao regime jurídico de direito privado, exclusivamente em relação às obrigações fiscais.
  - (C) instituição de autarquias, como expressão da especialização da atuação da Administração, que podem possuir natureza pública ou privada, conforme previsto na lei instituidora.
  - (D) criação de organizações sociais, instituídas mediante contrato de gestão, para atuarem como delegatárias na prestação de serviços públicos ou atividades de interesse público.
  - (E) criação de órgãos no âmbito da estrutura da Administração, com plexo de atribuições específicas e dotados de autonomia funcional.
- 
27. Suponha que determinada empresa municipal que entrou em processo de liquidação, para subsequente extinção, pretenda se desfazer de seu maquinário e de imóveis próprios, sem instaurar prévio procedimento licitatório. Diante das disposições da Lei nº 8.666/93, a dispensa de licitação afigura-se viável para
- (A) venda dos bens móveis, desde que frustrada a primeira tentativa de leilão em hasta pública, devendo ser observado, como preço mínimo, o valor contábil do bem lançado nas demonstrações financeiras da empresa.
  - (B) a alienação de bens móveis, apenas, desde que já depreciados no balanço patrimonial da empresa, os quais poderão ser vendidos ou doados a entidades públicas ou privadas.
  - (C) todas as alienações, as quais devem se dar sempre a título oneroso e observados os valores de mercado do bem, apurados mediante prévia avaliação patrimonial ou econômico-financeira.
  - (D) venda dos bens imóveis a outras entidades da Administração pública, bem como doação dos bens móveis para fins e uso de interesse social, após avaliação da conveniência e oportunidade socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação.
  - (E) todos os bens móveis avaliados, individualmente, em até R\$ 80.000,00, e para os bens imóveis não afetados a serviço público e que não tenham sido considerados úteis a outros órgãos ou entidades da Administração pública municipal.



28. Suponha que determinado Auditor Fiscal Tributário Municipal tenha se omitido na fiscalização de empresa cujo setor de atuação estava sob sua responsabilidade, mesmo após ter recebido diversas denúncias de possíveis condutas fraudulentas e práticas elisivas envolvendo o recolhimento de tributos municipais. Subsequentemente, após escândalo noticiado pela imprensa, quando veio à tona todo o esquema fraudulento, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra o referido servidor e em face dos sócios da empresa. Não restou comprovado que o servidor tenha recebido propina ou qualquer vantagem pecuniária, porém evidenciou-se que deixou de efetuar a regular fiscalização do estabelecimento comercial em questão. Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), referida ação
- (A) possui base jurídica exclusivamente em relação aos particulares, em face da prática de conduta comissiva dolosa e manifesto prejuízo contra a Administração, cabendo acionamento do servidor, por sua conduta omissiva, unicamente na esfera disciplinar.
  - (B) não encontra base jurídica, eis que improbidade pressupõe a comprovação de conduta comissiva por parte de agente público, com elemento volitivo doloso ou culpa grave, não sendo condutas omissivas capituladas como ato de improbidade de qualquer espécie.
  - (C) terá base jurídica desde que comprovado, cumulativamente, conluio entre os particulares e o servidor com o intuito de causar prejuízo à Administração e obter vantagem pecuniária para um ou para ambos, não sendo viável o apenamento de apenas um deles isoladamente.
  - (D) possui base jurídica exclusivamente em relação ao servidor, independentemente de comprovação de dolo, não alcançando particulares, estes que somente respondem na esfera penal por eventuais crimes praticados contra a Administração.
  - (E) encontra base jurídica tanto em face do servidor como dos particulares que causaram prejuízo à Administração, independentemente de comprovação de enriquecimento ilícito, alcançando também condutas omissivas.
- 
29. Os contratos de parceria público-privadas, regidos pela Lei Federal nº 11.079/2004, possuem características específicas, que os diferenciam de outras modalidades contratuais, entre as quais,
- (A) pagamento ao parceiro privado somente após a disponibilização integral dos serviços objeto do contrato, vedado qualquer pagamento a título de remuneração por parcelas fruíveis dos serviços.
  - (B) longo prazo de duração, limitado a 35 anos, e possibilidade de prestação de garantias pela Administração contratante para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias.
  - (C) utilização da capacidade de financiabilidade do parceiro privado, com limitação do montante global dos pagamentos imputados ao parceiro público a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
  - (D) obrigatoriedade de alocação integral dos riscos contratuais ao parceiro privado, afastando a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro por alterações supervenientes das condições econômicas.
  - (E) possibilidade de sub-rogação de parcela das obrigações do parceiro privado pelo seu financiador, a partir do quinto ano de vigência do contrato, exclusivamente no que concerne a aspectos financeiros.
- 
30. No que concerne à natureza e regime jurídico dos consórcios públicos regidos pela Lei federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, tem-se que
- (A) podem ser constituídos sob a forma de associação pública ou pessoa jurídica de direito privado, e, em ambos os casos, submetem-se às normas de direito público quanto à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal.
  - (B) não possuem personalidade jurídica, razão pela qual não podem assumir obrigações em seu próprio nome, formando apenas uma comunhão de recursos e conjugação de esforços entre os entes consorciados para realização de objetivos comuns.
  - (C) possuem natureza pública, sendo constituídos obrigatoriamente sob a forma de associação, mediante contrato de gestão celebrado entre os entes federativos consorciados.
  - (D) possuem necessariamente natureza privada, constituídos sob a forma de empresa pública ou fundação, conforme tenham por objeto, respectivamente, exploração de atividade econômica ou execução de serviço público de interesse comum.
  - (E) constituem uma modalidade contratual de delegação de serviços públicos de titularidade comum de diferentes entes federativos a parceiros privados, que podem consorciar-se para exploração econômica de tais serviços remunerando-se mediante contrato de rateio.

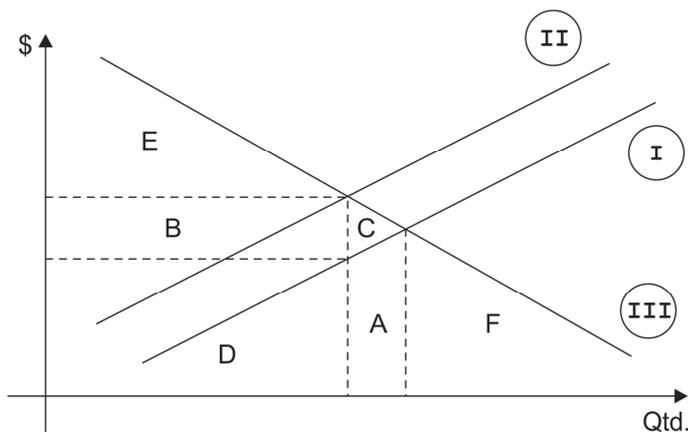


## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Finanças Públicas

31. Diversas são as teorias acerca dos tipos de tributos, por exemplo, a teoria
- quadripartida, que separa os tributos entre aqueles sobre a renda, sobre a propriedade, sobre consumo e sobre as operações financeiras.
  - pentapartida, que separa os tributos em impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.
  - tripartida, que separa os tributos entre aqueles aplicados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.
  - bipartida, que separa os tributos em nacionais e internacionais.
  - única, que trata tributos como sanções pecuniárias por atos ilícitos.

32. Considere o gráfico a seguir.



A curva II resulta de um deslocamento para cima da curva de oferta I após a aplicação de um tributo sobre o consumo do bem cujo mercado se analisa. A demanda por esse bem é representada pela curva III. O chamado "peso morto da tributação" é dado pela área

- "C".
  - "A".
  - "D" menos a área "B".
  - "B".
  - "D" menos a área "A".
33. A doutrina acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal indica como os pilares sobre os quais a norma teria sido construída
- o aumento do gasto público, a proteção do menor, a liberdade de empresa e a dignidade da pessoa humana.
  - o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilidade.
  - a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade.
  - a igualdade, a vinculação ao instrumento convocatório, a adjudicação compulsória e o julgamento objetivo.
  - a regularidade, a continuidade, a generalidade e a modicidade das tarifas.
34. O Regime Próprio de Previdência Municipal contratou avaliação atuarial que indicou que o atual plano de benefícios apresentaria grave déficit atuarial somente corrigido por meio da imposição de uma alíquota suplementar. Os vereadores imediatamente solicitaram um levantamento da situação orçamentária do Instituto de Previdência, que revelou que havia um grande superávit no exercício exatamente anterior, além de uma grande reserva constituída em títulos públicos. Considerando os procedimentos adotados, tem-se que
- as duas conclusões são contraditórias entre si, e um dos dois documentos necessariamente está incorreto.
  - uma alíquota suplementar somente teria o efeito de agravar o déficit atuarial.
  - as duas conclusões não são contraditórias entre si, e a instituição da alíquota suplementar pode ser necessária para a regularidade previdenciária.
  - as duas conclusões reforçam-se mutuamente, pois um superávit orçamentário sempre é acompanhado de um déficit atuarial e vice versa.
  - a avaliação atuarial somente é necessária na criação do Regime, sendo a contratação realizada pelo Regime Próprio desnecessária.



35. A disciplina de renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal diz respeito
- (A) à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza não tributária.
  - (B) à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.
  - (C) à toda e qualquer receita, não exibindo delimitação.
  - (D) à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza licitatória.
  - (E) à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza contratual.

---

**Direito Tributário**

36. Suponha que o Município pretenda conceder benefício fiscal a determinado setor de prestação de serviços, com redução de alíquota de ISS. Ocorre que o impacto orçamentário-financeiro decorrente de tal redução não é passível de absorção no montante estimado para renúncia de receitas constante da Lei Orçamentária Anual, impactando as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Diante de tal cenário, a concessão da referida isenção no exercício em curso afigura-se
- (A) viável, desde que adotadas medidas de compensação dos impactos orçamentário-financeiros no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
  - (B) inviável, eis que medidas dessa natureza estão sujeitas ao princípio da anualidade, somente podendo produzir efeitos no exercício subsequente àquele em que for editada a lei que reduz a alíquota vigente.
  - (C) viável, desde que a redução de alíquota seja aprovada por lei específica e seus impactos orçamentário-financeiros no exercício em curso possam ser compensados por aumento de arrecadação no exercício subsequente.
  - (D) viável, independentemente dos impactos orçamentário-financeiros, desde que comprovados os benefícios econômicos e/ou sociais da medida, que deve ser aprovada por lei complementar.
  - (E) inviável, somente sendo admissíveis medidas de isenção ou anistia previamente autorizadas por lei federal, sendo vedada, ainda, redução de alíquotas sem anuência do Estado no âmbito do Conselho Fazendário (Confaz).
37. Suponha que o Estado tenha alterado legislação que disciplina a distribuição entre os Municípios da parcela que lhes cabe constitucionalmente no produto da arrecadação de ICMS, introduzindo novo critério de rateio, de molde a privilegiar Municípios onde ocorra exploração de petróleo e gás natural, dados os impactos daí decorrentes. Determinado município questionou judicialmente a alteração legal, alegando violação às regras constitucionais de repartição tributária. Referida alegação
- (A) afigura-se improcedente, eis que o critério narrado é o único permitido pela Constituição como fator de ponderação e equalização da distribuição equitativa entre os municípios da parcela que lhes cabe no produto do ICMS.
  - (B) será procedente se demonstrada diminuição nominal do valor recebido pelo Município, independentemente do impacto percentual no montante a ser rateado entre todos os municípios.
  - (C) afigura-se procedente, eis que introduzido critério diverso do valor adicionado, que deve balizar integralmente o rateio da parcela do produto de ICMS destinada aos municípios.
  - (D) somente será procedente se a alteração não respeitar o percentual mínimo de 1/3 de distribuição obrigatória aos Municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, havendo liberdade para outros critérios em relação aos demais 2/3.
  - (E) será procedente, caso não respeitado o percentual mínimo de distribuição de 3/4 na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas no território de cada Município.
38. Suponha que o Governo do Estado pretenda instalar no Município de São José do Rio Preto um polo de desenvolvimento regional, para atração de novos investimentos e geração de postos de trabalho. Para tanto, pretende colocar como “âncoras” alguns equipamentos públicos e empresas estatais, incluindo uma unidade de Poupatempo, disponibilizando a prestação de serviços públicos de forma concentrada; um posto de atendimento público da autarquia estadual responsável pelo regime previdenciário dos servidores estaduais; além de unidade regional da empresa de saneamento básico estadual e da empresa que atua no mercado privado de processamento de dados. Ao comunicar tal programa ao Município, informou que não pagaria o IPTU dos imóveis nos quais tais equipamentos e empresas se instalariam, alegando, para tanto, a imunidade recíproca prevista na Constituição Federal. O entendimento apresentado pelo Governo do Estado afigura-se
- (A) incorreto, eis que a imunidade recíproca não alcança impostos incidentes sobre a propriedade, mas apenas sobre a própria atividade de prestação de serviços públicos, sobre a qual não incide ISS.
  - (B) correto em relação a todos os equipamentos e empresas citados, dado que a imunidade recíproca de patrimônio e renda não pode ser interpretada restritivamente conforme já consolidado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
  - (C) correto apenas para os imóveis titulados e ocupados pela Administração direta e autárquica estadual, porém não para a empresa estatal que desempenhe atividade econômica e tampouco para aquela que se remunere mediante tarifa cobrada do usuário.
  - (D) correto exclusivamente em relação aos imóveis titulados pela Administração direta, não alcançando aqueles de propriedade de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que destinados a serviços públicos.
  - (E) incorreto, eis que a imunidade constitucional é vertical, impedindo apenas que União tribute Estados e que Estados tributem Municípios, como proteção ao princípio federativo, não se aplicando no sentido inverso.



39. Considere que tenha sido editado decreto municipal instituindo taxa para que contribuintes possam obter certidão de regularidade fiscal de tributos municipais. Referido decreto entrou em vigor na data de sua publicação, em 31/12/2018, determinando que as taxas instituídas seriam cobradas a partir de 01/01/2019. A justificativa do Prefeito para a instituição do tributo foi a necessidade de cobertura dos custos incorridos com a disponibilização e prestação do referido serviço aos contribuintes. À luz dos princípios tributários e das limitações previstas na Constituição Federal, referida iniciativa apresenta, entre seus vícios, violação
- I. ao princípio da legalidade estrita, eis que tributos somente podem ser criados e majorados por lei.
  - II. ao princípio da anterioridade, eis que as certidões dizem respeito à situação fiscal do contribuinte anterior à edição da lei.
  - III. à regra da noventena, que determina que os tributos, incluindo as taxas, somente podem ser cobrados noventa dias após a lei que os instituir.
  - IV. ao princípio da capacidade contributiva, eis que não se autoriza desfalque patrimonial do contribuinte para custear serviços públicos colocados à sua disposição.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
  - (B) I e II.
  - (C) I, II e III.
  - (D) III e IV.
  - (E) I e III.
- 
40. No que concerne às competências tributárias, nos termos fixados pela Constituição Federal, tem-se que
- (A) somente podem ser delegadas da União para Estados e destes para Municípios, como instrumento de repartição das receitas tributárias conforme o pacto federativo subjacente ao sistema tributário constitucional vigente.
  - (B) são passíveis de delegação, em todos os seus aspectos, entre os entes federativos, na forma de convênio, salvo em relação às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, que são privativas da União.
  - (C) constituem prerrogativa discricionária dos entes federativos, que podem exercê-las ou não, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, não cabendo qualquer espécie de delegação.
  - (D) são irrenunciáveis e indelegáveis, de forma que União, Estados, Municípios e Distrito Federal que deixarem de instituir os impostos inseridos em sua competência não estão autorizados a atribuir tal prerrogativa a outro ente federativo.
  - (E) apresentam tipologia aberta, de forma que as leis instituidoras dos impostos federais, estaduais e municipais possuem liberdade para definir os correspondentes fatos geradores e bases de incidência.
- 
41. De acordo com a ordem constitucional vigente e com o Código Tributário Nacional, a instituição de empréstimos compulsórios
- (A) somente pode ocorrer em caso de guerra ou calamidade pública, por ato do Presidente da República.
  - (B) é expressamente vedada, sendo considerado tributo com caráter de confisco, independentemente das condições e prazo de devolução.
  - (C) é de competência privativa da União, devendo a lei instituidora fixar obrigatoriamente o prazo do empréstimo e as condições de seu resgate.
  - (D) pode ser feita como forma de antecipação de receita orçamentária, em situações de grave constrição fiscal, pela União e demais entes federativos.
  - (E) somente pode se dar em situações de constrição macroeconômica, por lei complementar federal, devendo ser reduzido progressivamente conforme a melhora dos indicadores fiscais.
- 
42. O tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, tal como estabelecido na Lei complementar federal nº 123/2006, que instituiu o denominado Simples Nacional, não se aplica a pessoas jurídicas constituídas
- (A) há menos de 2 anos da edição da lei.
  - (B) na forma de sociedade empresária ou sociedade por ações.
  - (C) com receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00.
  - (D) sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.
  - (E) sob a forma unipessoal, bem assim ao empresário individual.

**Legislação Tributária Federal e Municipal**

43. Carlos e Carla são proprietários de um sítio que está devidamente legalizado e que é comprovadamente utilizado para recreio da família. Esse sítio fica na zona urbanizável do município de São José do Rio Preto. A pequena produção de frutas e verduras que ali se encontra se destina a consumo da própria família, não sendo objeto de qualquer comércio.

De acordo com a Lei Complementar municipal nº 96, de 29 de dezembro de 1998, seu valor venal

- (A) será calculado em 13% do maior valor do metro quadrado atribuído na Planta Genérica de Valores para fins de IPTU de imóvel loteado, até que a zona urbanizável em que se encontra se torne zona urbana, prevalecendo como valor do metro quadrado aquele que tiver sido fixado para fins de tributação do Imposto Territorial Rural ou o fixado no Programa Especial Minha Casa Minha Vida, instituído por Lei municipal, sempre que estes últimos forem menores do que aquele.
- (B) para fins tributários, será calculado com base em um terço do valor venal médio de todos os imóveis não edificados existentes no município, no exercício imediatamente anterior, até que a área urbanizável se converta em área urbanizada.
- (C) será calculado em 15% do valor médio do metro quadrado atribuído na Planta Genérica de Valores para fins de IPTU de imóvel loteado, até que a zona urbanizável em que se encontra se torne zona urbana.
- (D) será calculado em 13% do menor valor do metro quadrado atribuído na Planta Genérica de Valores para fins de IPTU de imóvel loteado, por ocasião do primeiro lançamento, excetuando-se, para fins de aplicação dessa regra, o valor do metro quadrado atribuído aos parcelamentos que se enquadrem no Programa Especial Minha Casa Minha Vida, instituído por Lei municipal, ou valores que sejam inferiores a estes.
- (E) será calculado em 13% do maior valor do metro quadrado atribuído na Planta Genérica de Valores para fins de IPTU, até que a zona urbanizável em que se encontra se torne zona urbana, prevalecendo, todavia, como valor do metro quadrado, aquele que tiver sido fixado para fins de tributação do Imposto Territorial Rural, sempre que este for menor do que aquele.

44. De acordo com o Código Tributário do Município de São José do Rio Preto, instituído pela Lei nº 3.359, de 09 de novembro de 1983, que contém regras a respeito do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM,

- (A) havendo reformulação ou alteração do AIIM, em razão de ação ou omissão atribuída ao autuado, será devolvido a ele, pela metade, o prazo para pagamento ou para apresentação de defesa.
- (B) a assinatura do autuado ou do infrator não constitui formalidade essencial à validade do AIIM, nem implica confissão da prática infracional que lhe é imputada.
- (C) o AIIM não poderá ser lavrado cumulativamente com o auto de apreensão, quando ambos estiverem relacionados a uma mesma situação infracional ou a um mesmo ato infracional.
- (D) havendo reformulação ou alteração do AIIM, em razão de ação ou omissão que não possa ser atribuída ao autuado, será devolvido a ele, em dobro, o prazo para pagamento ou para apresentação de defesa.
- (E) é vedada a lavratura de AIIM nos casos em que se verificar violação da legislação tributária que não importe em evasão fiscal, hipótese em que deverá ser lavrada notificação preliminar.

45. De acordo com a Lei Complementar municipal nº 323, de 27 de outubro de 2010, relativamente às transmissões de bens imóveis rurais, localizados no Município de São José do Rio Preto,

- (A) o contribuinte do imposto é o credor fiduciário, tratando-se de hipótese de alienação fiduciária.
- (B) a base de cálculo do imposto será reduzida em 25%, nos casos em que o faturamento da propriedade rural transmitida tiver provindo, em mais de 75%, de atividades ligadas ao setor cafeeiro ou alcooleiro, nos dois anos que tiverem antecedido a transmissão.
- (C) a base de cálculo do imposto não poderá exceder ao valor utilizado como base de cálculo do Imposto Territorial Rural – ITR.
- (D) essas transmissões não estão sujeitas à incidência do ITBI.
- (E) a alíquota do ITBI aplicável às transmissões desses bens, por meio de contrato de compra e venda, é progressiva, sendo de 0,5% a menor delas.

46. De acordo com a Lei Complementar municipal nº 178, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, o imposto incide sobre

- (A) prestações não onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio.
- (B) a montagem e a instalação de aparelho de ar-condicionado vendido pela própria empresa que vai fazer essa montagem e instalação, a qual assumiu o compromisso de prestar esses serviços em decorrência da venda efetuada, por meio de funcionário próprio, sem formação acadêmica de nível técnico ou superior.
- (C) serviços prestados mediante a utilização de bens e trespasse de serviços públicos, explorados economicamente mediante autorização ou qualquer outra forma de cessão de uso, e que importe em pagamento de tarifa, preço ou pedágio, por parte do usuário final dos serviços.
- (D) o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- (E) o transporte, com veículo próprio da empresa, de bens provenientes do seu estabelecimento matriz, com destino ao seu estabelecimento filial, ambos localizados no Município de São José do Rio Preto.



47. A Lei municipal nº 3.359, de 09 de novembro de 1983, que instituiu o Código Tributário do Município de São José do Rio Preto, estabelece que as taxas de serviços públicos têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

De acordo com esse Código,

- (A) as taxas de serviços não podem ser lançadas em conjunto com outros tributos, devendo ser feitos, necessariamente, lançamentos individualizados para cada um deles.
- (B) considera-se específico o serviço público, quando suscetível de utilização separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- (C) os imóveis urbanos, quando colocados pelo Poder Público Municipal sob regime de utilidade pública, ficarão isentos das taxas municipais, retroativamente, desde o dia 1º de janeiro do ano em que tiverem sido colocados nesse regime.
- (D) considera-se divisível o serviço público, quando possa ser destacado em unidade autônoma de intervenção, de utilidade, ou de necessidade públicas.
- (E) as taxas de serviços podem ser lançadas em conjunto com impostos municipais, se possível, mas dos avisos-recibos deverão constar, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

48. De acordo com a Lei Complementar municipal nº 178, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN,

- (A) na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local de domicílio de seus sócios ou diretores.
- (B) para efeito de cumprimento de obrigação tributária, consideram-se como autônomos os estabelecimentos que, embora no mesmo local, ainda que idênticos os ramos de atividade, pertençam a diferentes pessoas naturais ou jurídicas.
- (C) a circunstância de o serviço ser executado fora do estabelecimento, habitual ou eventualmente, descaracteriza-o como estabelecimento prestador do serviço, para fins do ISSQN.
- (D) estabelecimento é o local, privado ou público, construído ou não, mesmo que pertencente a terceiro, onde o contribuinte exerça toda ou parte de sua atividade, em caráter permanente ou temporário, exceto quando se destine a simples depósito ou armazenagem de mercadorias ou bens relacionados com o exercício dessa atividade.
- (E) para efeito de cumprimento de obrigação tributária principal, não se consideram como autônomos os empreendimentos que se encontrem no mesmo local, atuando em idêntico ramo de atividade, ainda que pertencentes a diferentes pessoas naturais ou jurídicas.

49. A Lei Complementar municipal nº 96, de 29 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o IPTU no Município, estabelece regras relacionadas ao valor venal dos imóveis, à sua base de cálculo e às alíquotas aplicáveis.

De acordo com essa Lei Complementar,

- (A) as alíquotas a serem aplicadas sobre o valor venal do imóvel serão de 3% a 5%, quando se tratar de imóveis não construídos, e de 1% a 3%, quando se tratar de imóveis construídos.
- (B) são fatores que devem ser considerados na fixação do valor venal do imóvel, dentre outros, a declaração do contribuinte, ainda que não aceita pelo fisco, e os preços correntes das transações no mercado imobiliário.
- (C) devem ser deduzidos da base de cálculo do imposto os valores incorridos ou pagos, durante o exercício imediatamente anterior, a título de contribuição de melhoria ou de taxas incidentes, total ou parcialmente, sobre o mesmo imóvel.
- (D) são fatores que devem ser considerados na fixação do valor venal do imóvel, dentre outros, os índices econômicos representativos da desvalorização da moeda e as decisões judiciais recentes, de arbitramento de aluguéis, transitadas em julgado.
- (E) as alíquotas a serem aplicadas sobre o valor venal do imóvel serão de 3% sobre a área total não construída, e de 1% sobre a área total construída, observada a progressividade na aplicação dessas alíquotas, durante a fase de construção.

50. A Lei municipal nº 3.359, de 09 de novembro de 1983, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de São José do Rio Preto, estabelece regras a respeito da contribuição de melhoria.

De acordo com esse Código,

- (A) a contribuição de melhoria só pode ser exigida em quantia superior ao acréscimo de valor que da obra resultar para o imóvel beneficiado, quando os valores arrecadados não forem suficientes para cobrir todo o custo da obra.
- (B) para cobrança da contribuição de melhoria, a autoridade administrativa deverá publicar edital, contendo os elementos mínimos previstos em decreto especificamente publicado para esse fim.
- (C) o edital publicado para cobrança da contribuição de melhoria fixará prazo de 120 dias para a apresentação de impugnação ou de recurso, enquanto que as normas do procedimento de instrução e julgamento serão fixadas por lei específica.
- (D) a contribuição de melhoria será objeto de lançamento por homologação e o contribuinte será notificado a pagá-la na forma que dispuser lei complementar municipal.
- (E) o possuidor do imóvel valorizado é contribuinte da contribuição de melhoria.



51. A Lei complementar municipal nº 323, de 27 de outubro de 2010, dispõe sobre o ITBI – imposto sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre eles, no Município de São José do Rio Preto.

De acordo com essa Lei Complementar, estão sujeitos à incidência desse imposto quaisquer atos onerosos translativos ou constitutivos de direitos reais sobre imóveis, tais como

- (A) a dação em pagamento, o uso, o usufruto, a enfiteuse e a cessão de direitos à sucessão.
- (B) a transmissão, para fins de realização de capital, de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas que tenham como atividade preponderante a compra e venda de veículos automotores e outros bens móveis.
- (C) a locação de bens imóveis localizados no Município.
- (D) a cessão de direitos reais sobre bens móveis.
- (E) a transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.

52. O art. 123 da Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto, publicada em 1990, traz o rol dos impostos que podem ser instituídos e cobrados pelo Município. Faz parte desse rol, no entanto, um imposto que atualmente não pode ser instituído nem cobrado pelo Município de São José do Rio Preto.

Esse é o imposto sobre

- (A) a propriedade territorial rural.
- (B) o adicional do imposto de renda.
- (C) vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.
- (D) a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
- (E) a transmissão "causa mortis" e a doação.

53. A Lei municipal nº 359, de 09 de novembro de 1983, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de São José do Rio Preto, estabelece regras a respeito da responsabilidade dos Agentes Fiscais.

De acordo com esse Código,

- (A) a autoridade ou funcionário que deixar de dar andamento aos processos administrativos tributários, nos prazos estabelecidos na legislação, não será responsável pecuniariamente pelo prejuízo causado à Fazenda Pública Municipal, se demonstrar cabalmente que ignorava a existência de tais prazos.
- (B) não será de responsabilidade do funcionário a omissão que praticar em razão de ordem superior, devidamente provida.
- (C) não se atribuirá responsabilidade ao funcionário, nem se lhe aplicarão penas, quando se verificar que a infração apurada consta de livro ou de documentos fiscais por ele solicitados, mas a ele não exibidos, ainda que não tenha lavrado auto de infração por embaraço à fiscalização.
- (D) a autoridade administrativa infratora, ao pagar a penalidade que lhe tiver sido imposta, fica desobrigada de recolher o tributo não pago pelo sujeito passivo.
- (E) o agente fiscal que, tendo conhecimento de infração da legislação tributária, deixar de lavrar e encaminhar o auto competente, não será responsável pecuniariamente pelo prejuízo causado à Fazenda Pública Municipal, se comprovar, fundamentadamente, sua ignorância sobre a necessidade de proceder à referida lavratura e encaminhamento.

54. A Lei Complementar municipal nº 323, de 27 de outubro de 2010, dispõe sobre o ITBI no Município de São José do Rio Preto, enquanto que a Lei Complementar municipal nº 96, de 29 de dezembro de 1998, dispõe sobre o IPTU no mesmo Município.

De acordo com as mencionadas Leis Complementares, e observados os campos de incidência próprios a cada um desses impostos, os bens imóveis por acessão física

- (A) não são tributáveis pelo ITBI, nem pelo IPTU.
- (B) não são tributáveis pelo ITBI, mas o são pelo IPTU.
- (C) são tributáveis pelo ITBI, mas apenas nos casos de permuta de bens imóveis, quando ambos estiverem localizados no Município; não o são, porém, pelo IPTU.
- (D) são tributáveis pelo ITBI, mas não o são pelo IPTU.
- (E) são tributáveis tanto pelo ITBI, como pelo IPTU.



55. A Lei Complementar municipal nº 178, de 29 de dezembro de 2003, dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

De acordo com essa Lei Complementar, fica reduzida a base de cálculo da prestação de serviço em

- (A) 50%, para os serviços farmacêuticos, quando prestados por sociedades de profissionais, assim definidas na referida Lei Complementar municipal nº 178/2003.
- (B) 33%, para os serviços relacionados a planos ou convênios funerários.
- (C) 60%, para a atividade exclusiva de administração de consórcio, relacionado ao setor bancário ou financeiro.
- (D) 25%, para o serviço de agenciamento de publicidade e propaganda.
- (E) 35%, para os serviços de corretagem ou de intermediação de planos de saúde e de planos de previdência privada.

56. A Lei municipal nº 3.359, de 09 de novembro de 1983, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de São José do Rio Preto, estabelece regras a respeito da consulta sobre matéria tributária.

De acordo com esse Código,

- (A) a solução dada à consulta terá efeito normativo a partir do 30º dia posterior ao da expedição da resposta ou de sua publicação no Diário Oficial do Município.
- (B) nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte responsável, relativamente à espécie consultada, desde a apresentação da consulta até o 30º dia subsequente ao da data da ciência da resposta, exceto se, antes do término do referido prazo, houver risco de ocorrência de decadência.
- (C) não cabe pedido de reconsideração de decisão proferida em processo de consulta, mas cabe recurso hierárquico, uma única vez, à autoridade imediatamente superior àquele que proferiu a decisão.
- (D) não produzirá efeito a consulta formulada por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionem ou não com a matéria consultada.
- (E) o consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração de eventual crédito tributário, efetuando seu depósito obstativo, cujas importâncias serão restituídas dentro do prazo de 30 dias, contados da notificação do interessado.

57. De acordo com a Lei Complementar municipal nº 96, de 29 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o IPTU no Município de São José do Rio Preto e estabelece regras relacionadas a isenções e a reduções de base de cálculo do imposto,

- (A) é isento do pagamento do imposto o imóvel urbano pertencente a possuidor de imóvel único, destinado à sua moradia, com renda familiar de até 03 salários mínimos, quando resida consigo sua mãe, acometida do mal de Parkinson, a qual, todavia, não é dependente legal do possuidor do imóvel.
- (B) é isento do pagamento do imposto o imóvel urbano pertencente ao aposentado, proprietário de um único imóvel destinado à sua moradia, e que aufera renda familiar não superior a 02 salários mínimos.
- (C) é isento do pagamento do imposto o imóvel urbano pertencente a possuidor de imóvel único, destinado à sua moradia, com renda familiar de até 03 salários mínimos, quando resida consigo seu neto, portador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA ou AIDS), o qual, todavia, não é dependente legal do possuidor do imóvel.
- (D) os pensionistas possuidores de um único imóvel, destinado à sua moradia, e que auferam renda familiar não superior a 03 salários mínimos, gozarão de uma redução de 50% do valor do imposto lançado, sendo o benefício extensível aos cônjuges e aos companheiros, na proporção de 30%.
- (E) o portador de Esclerose Múltipla ou de Esclerose Lateral Amiotrófica, possuidor de um único imóvel, destinado à sua moradia, é beneficiário de uma redução de 50% do valor do imposto lançado, não sendo o benefício extensível a cônjuge ou companheiro.

#### Contabilidade Geral e Avançada

58. Os seguintes subgrupos fazem parte do Ativo Não Circulante de uma empresa industrial:

- (A) realizável a longo prazo, investimentos e patrimônio líquido.
- (B) investimentos, imobilizado e exigível a longo prazo.
- (C) patrimônio líquido, imobilizado e realizável a longo prazo.
- (D) resultados de exercícios futuros, patrimônio líquido e imobilizado.
- (E) realizável a longo prazo, investimentos e intangível.



59. Os métodos de elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) são o
- (A) direto e o indireto.
  - (B) residual e o bruto.
  - (C) de valor adicionado e o de valor líquido.
  - (D) direto e o por meio do caixa.
  - (E) indireto e o por meio do resultado.
- 
60. Na empresa Adequada, foi identificado o seguinte lançamento contábil:
- |                                  |             |
|----------------------------------|-------------|
| – Débito em Caixa.....           | R\$ 7.000.  |
| – Débito em Imóveis.....         | R\$ 8.000.  |
| – Crédito em Capital Social..... | R\$ 15.000. |
- O lançamento acima refere-se a transação de:
- (A) integralização de capital social por meio de caixa e imóveis.
  - (B) retirada de participação societária por meio de caixa e imóveis.
  - (C) depreciação de imóveis em montante superior ao valor contábil líquido.
  - (D) reposição de imóveis por meio de caixa e integralização de capital social.
  - (E) valorização do preço de mercado dos imóveis.
- 
61. Os métodos PEPS, UEPS, média ponderada móvel e média ponderada fixa são metodologias para avaliação de
- (A) custo de investimentos classificados a mercado.
  - (B) depreciação do ativo imobilizado.
  - (C) custo dos estoques.
  - (D) valor de mercado das ações em tesouraria.
  - (E) passivos atuariais.
- 
62. São exemplos de ativos intangíveis:
- (A) patentes, marcas geradas internamente, edifícios.
  - (B) gastos com pesquisa, estoques, ágio por expectativa de rentabilidade futura.
  - (C) patentes cedidas gratuitamente, treinamento de funcionários, juros a pagar.
  - (D) gastos com desenvolvimento de produtos, marcas adquiridas de terceiros, *softwares*.
  - (E) marcas geradas internamente, patentes cedidas gratuitamente, ajustes de avaliação patrimonial.
- 
- Contabilidade de Custos**
63. Ao final do mês, pelo custeio por absorção, os custos indiretos de produção (tais como depreciação do maquinário, seguros da área fabril, energia elétrica da fábrica e salários), relativos aos produtos acabados, mas que ainda não foram vendidos, estarão contabilizados como
- (A) ativo circulante, em estoque de produtos acabados.
  - (B) resultado do exercício, em despesa de produção.
  - (C) resultado do exercício, em custo dos produtos vendidos.
  - (D) ativo não circulante, em estoque de produtos acabados.
  - (E) ativo circulante, em estoque de produto em processamento.
- 
64. Considerando os produtos em processamento, o gasto relativo ao salário da gerência da fábrica ao final do mês será apropriado pelo custeio por absorção e pelo custeio variável, respectivamente, ao
- (A) ativo, em estoque de produto em processamento – ativo, em estoque de produto em processamento.
  - (B) ativo, em salários antecipados – ativo, em estoque de produto em processamento.
  - (C) resultado do exercício – resultado do exercício.
  - (D) resultado do exercício – ativo, em estoque de produto em processamento.
  - (E) ativo, em estoque de produto em processamento – resultado do exercício.



65. Considerando o sistema de custeio variável, define-se margem de contribuição unitária do produto como
- (A) a diferença entre o preço de venda líquido e os custos diretos variáveis.
  - (B) o percentual dos custos fixos totais sobre o preço de venda líquido, ponderado pelo valor agregado ao produto.
  - (C) o percentual do custo dos produtos vendidos sobre a receita bruta.
  - (D) a diferença entre a receita líquida e os custos fixos totais, dividida pelo volume de vendas.
  - (E) a capacidade da empresa em produzir diferentes produtos conforme a sazonalidade de consumo.

66. Considere uma empresa industrial com os seguintes dados relativos ao exercício de 2019:

- Custos variáveis de produção = R\$ 50,00 por unidade.
- Custos e despesas fixas = R\$ 6.000,00 no exercício.
- Preço de venda = R\$ 80,00 por unidade.

Assuma que a empresa teve toda a produção acabada, e que a empresa vendeu tudo o que produziu (ou seja, os saldos iniciais e finais para os estoques de (I) produto em processamento e (II) de produção acabada são iguais a zero).

O Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC) é de:

- (A) 120 unidades.
- (B) 75 unidades.
- (C) 200 unidades.
- (D) 130 unidades.
- (E) 180 unidades.

#### Auditoria

67. Acerca da auditoria interna e externa, é correto afirmar:

- (A) As auditorias interna e externa devem ser realizadas pelo mesmo funcionário.
- (B) A auditoria interna ocorre somente após a auditoria externa.
- (C) A auditoria interna é aquela realizada na impossibilidade de realizar a externa.
- (D) A auditoria externa pode utilizar o trabalho da auditoria interna.
- (E) A auditoria externa é aquela realizada fisicamente fora da empresa.

68. Sendo impossível averiguar todos os lançamentos que compõem um determinado saldo contábil, torna-se possível

- (A) ignorar o saldo contábil.
- (B) deixar de emitir o parecer de auditoria.
- (C) deixar de divulgar as demonstrações contábeis.
- (D) presumir que há distorção relevante nos lançamentos.
- (E) analisar apenas alguns deles.

69. Os procedimentos analíticos substantivos constituem-se em

- (A) parecer com ressalva e sem ressalva.
- (B) testes de detalhes, apenas.
- (C) procedimentos analíticos substantivos, apenas.
- (D) testes de detalhes, procedimentos analíticos substantivos ou uma combinação dos dois.
- (E) parecer sem ressalva, apenas.

70. Pelas normas de auditoria, os chamados "eventos subsequentes",

- (A) caracterizados por sucederem a data das demonstrações contábeis sujeitas à auditoria, não devem produzir qualquer resultado no parecer de auditoria.
- (B) se chegarem ao conhecimento do auditor antes da divulgação das demonstrações contábeis, reclamam que ele determine se as demonstrações precisam ser alteradas.
- (C) não possuem normas a eles dedicadas embora a doutrina os tenha estudado,
- (D) caracterizados por sucederem a data da emissão do parecer de auditoria, não conduzem a qualquer ação do auditor.
- (E) se verificados, reclamam a anulação das demonstrações contábeis.



**PROVA DISCURSIVA: ESTUDO DE CASO**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.3 **A Prova Discursiva: Estudo de Caso** terá caráter eliminatório e classificatório. A questão será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, **nota igual ou superior a 5 (cinco)**. 9.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva: Estudo de Caso** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva: Estudo de Caso** nos seguintes casos: 9.5.1 fugir ao tema proposto; 9.5.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 9.5.3 for assinada fora do local apropriado; 9.5.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 9.5.5 estiver em branco; 9.5.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 9.5.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 9.6 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 9.7 Na **Prova Discursiva: Estudo de Caso**, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de **30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 9.8 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova Discursiva: Estudo de Caso** pela Banca Examinadora. 9.9 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da **Prova Discursiva: Estudo de Caso**.

**QUESTÃO DISCURSIVA: ESTUDO DE CASO**

A “Casa da Noiva” é uma empresa muito conceituada no Município de São José do Rio Preto. Quando ela iniciou suas atividades, há quatro anos, era apenas uma pequena oficina de costura, que só confeccionava vestidos de noiva sob medida, com material fornecido pelas suas clientes. Atualmente, porém, além de continuar com essa atividade, ela também passou a vender vestidos para pronta entrega, para aquelas clientes que preferem adquiri-los assim, ao invés de mandar confeccioná-los.

Desse modo, cada noiva escolhe se prefere comprar o tecido e os demais materiais em outras lojas e levar tudo para ser confeccionado na “Casa da Noiva”, ou se prefere comprar um vestido de casamento já pronto, dentre os vários modelos existentes para pronta entrega.

Turíbio Manuel, Auditor Fiscal Tributário Municipal, ao fiscalizar a referida empresa, constatou que ela atuava efetivamente nos dois ramos de atividade, vendendo vestidos de noiva para pronta entrega e confeccionando vestidos de noiva sob medida, com tecido fornecido pelas próprias noivas (alfaiataria e costura).

Ao examinar centenas de peças de tecido destinadas à confecção dos vestidos, e cotejando-as com a documentação a elas relacionada, encontrou provas de sérias irregularidades tributárias, pois peças de tecido fornecidas por sua clientela, para a confecção de vestidos sob medida, estavam documentadas como se fossem destinadas à confecção de vestidos para pronta entrega, e vice-versa.

Com base no texto acima e com fundamento na Lei Complementar municipal nº 178/2003, responda às indagações abaixo formuladas, apresentando os fundamentos para todas as suas respostas. O candidato deve, ainda, relativamente a cada uma das indagações, indicar expressamente a qual item está respondendo.

- a. Alguma das atividades da empresa “Casa da Noiva” está sujeita a imposto municipal e, em caso positivo, a qual imposto?
- b. Como Turíbio Manuel identificou a existência de irregularidades na empresa, ele poderá apreender bens móveis, mercadorias, livros, documentos etc. A finalidade de uma apreensão como essa é a de coagir o sujeito passivo a pagar o crédito tributário reclamado pela municipalidade ou, se não o for, qual é a finalidade de tal apreensão?
- c. Onde deve ser depositado o bem ou mercadoria apreendido?
- d. De quem é o risco do perecimento natural ou perda de valor da coisa apreendida?
- e. Até que momento pode ser feita a liberação da mercadoria apreendida?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	



12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO